

A *basileía sagrada* de Justiniano (527-565): conceito, definições, problemas

La 'basileía' sacrée de Justinien (527-565): concept, définitions, problèmes

Ana Maria de Oliveira*

Resumo: A maior parte da historiografia sobre Bizâncio aponta que o modelo político utilizado no século VI por Justiniano foi uma autocracia. As definições conceituais do termo, contudo, se limitam a textos que, em suma, atribuem a sua origem ao título de *autokrátōr*, retirado dos protocolos oficiais da chancelaria e utilizado em referência a um poderio centralizador e ilimitado, como a sua administração teria sido segundo esta vertente. Estes apontamentos historiográficos, entretanto, apresentam divergências com os textos gregos dos panegíricos *Das construções* e *Descrição de Santa Sofia*, escritos por Procópio de Cesareia (490-562) e Paulo Silenciário (?-580), respectivamente, que utilizam a forma de tratamento *basileús*. Procuramos, com base nestes dois autores, oferecer como alternativa de explicação o conceito de *basileía sagrada*, ao considerarmos o seu emprego principalmente para explicitar um auxílio divino recebido por Justiniano para governar.

Abstract: La majorité de l'historiographie sur Byzance montre que le modèle politique utilisé au sixième siècle par Justinien Ier a été une autocratie. Les définitions conceptuelles du terme, toutefois, se limitent à des textes que, en résumé, attribuent son origine au titre de *autokrátōr*, qui a été retiré des protocoles officiels de la chancellerie et a été utilisé en référence à une puissance centralisatrice et illimitée, comme son administration aurait été selon cette courante interprétation. Ces observations historiographiques, cependant, présentent des divergences avec les textes grecs des panégyriques *Sur les monuments* et *Description de Sainte-Sophie*, écrits par Procope de Césarée (490-562) et Paul le Silencieux (?-580), respectivement, qui utilisent la forme de traitement *basileús*. En fonction de ces deux auteurs, on propose comme explication alternative le concept de *basileía sacrée*, si l'on considère son utilisation surtout pour expliciter une aide céleste reçue par Justinien pour gouverner.

Palavras-chave:

Justiniano;
autocracia;
basileía sagrada;
modelo político;
historiografia.

Keywords:

Justinien;
autocratie;
basileía sacrée;
modèle politique;
historiographie.

Recebido em: 04/03/2025
Aprovado em: 27/04/2025

* Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Introdução

Justiniano, o Grande (527-565), governou durante trinta e oito anos o Império Romano do Oriente. Sua administração suscitou inúmeros debates na historiografia, desde discutir a política de guerras, principalmente com o Ocidente, perpassando a análise de sua estrutura social, até compreender detalhes, como o viés por trás das inúmeras construções levadas a cabo pelo governante (Evans, 2001; Cameron, 2005; Boy, 2013). As temáticas são inúmeras, afinal, foram quase quatro décadas no poder. Alguns historiadores, como, por exemplo, Steven (1977; 1978) e Celso Taveira (2002), apontaram ainda conceitos que visam a explicar o modelo político utilizado pelo imperador. O intuito seria nomear a natureza da forma de governo empregada neste extenso período. Para isso, valeram-se dos termos mais recorrentes, teocracia e autocracia.

No entanto, quando nos detemos nas definições destas nomenclaturas políticas, encontramos nos estudos clássicos análises breves, geralmente em poucas páginas ou, mesmo, em pequenos parágrafos, e, em trabalhos que discorrem desde Constantino I, no século IV, até Constantino XI, no século XV. As explicações, em linhas gerais, são modernas e giram em torno das formas de tratamento dadas à figura de Justiniano nas fontes da época. Isto é, o conceito mais difundido e aceito, o de autocracia, por exemplo, se trata de uma criação historiográfica posterior ao século VI e que, em suma, foi pensado para designar um governo organizado com a autoridade ou o poder para tomada de decisões centralizado no cargo imperial. A palavra se baseou no título de *autokrátōr*, presente nos protocolos oficiais de chancelaria do período.

Quando confrontamos com as versões gregas de nossas fontes, o Capítulo I do Livro I *Das construções*, e o poema *Descrição de Santa Sofia*, percebem-se, contudo, divergências. Os termos que dão origem aos conceitos de teocracia e autocracia não foram aplicados nestes documentos para se referir a Justiniano por seus autores, Procópio de Cesareia e Paulo Silenciário. A forma de tratamento central foi *basileús* para o imperador e, principalmente, *basileía* para se referir ao Império. Levantamos aqui uma discussão historiográfica, pois os panegíricos tampouco definiram estes termos, apesar de utilizá-los. Nossa hipótese é a de que a explicação não aconteceu por ser algo de domínio comum, parte da história da Nova Roma.

Compreendemos, no entanto, que, assim como acontecia com os documentos de chancelaria e, por conseguinte, com o título de *autokrátōr*, a escolha de denominações em nossos documentos também não ocorreu ao acaso. Nas narrativas panegiristas procopiana e paulina, havia uma indicação elaborada sobre a aliança político-religiosa da época e sobre um cargo ocupado por alguém que não tomava sozinho as decisões. O

imperador contava especialmente com o auxílio divino, mas não só: havia o trabalho das diversas instâncias administrativas, incluindo o seu *consistorium*, juntamente com literatos, historiadores, cronistas, dentre outros, que o ajudavam na árdua tarefa de governar e propagar os seus ideais. Entendemos que ele era o cérebro do governo à época, mas, sem os demais órgãos, não conseguia administrar de maneira efetiva.

Os limites interpretativos dos conceitos de *teocracia* e *autocracia*

Antes de adentrarmos na nossa definição do conceito aqui nominado como *basileia sagrada*, exporemos aquelas significações amplamente difundidas na historiografia. Os termos teocracia e autocracia, há pelo menos mais de meio século, são utilizados pelos historiadores em referências ao modelo político de Justiniano.

A começar por teocracia (no grego, *theokratía*), encontramos explicações pouco aprofundadas, mas o trabalho de Steven Runciman (1978) traz-nos um importante auxílio para a sua compreensão. Segundo o pesquisador, diante da ascensão do cristianismo, os governantes embasaram-se em administrações teocráticas, pois os cargos começaram a se voltar para esta crença. Com isso, a religião, aos poucos, teria sido imposta sobre as tradições romanas de organização social. É neste íterim que a abordagem do conceito encontra limitações. Isto ocorre porque ao se sobrepor às demais instâncias, os governantes passaram a tentar se encaixar em uma hierarquia sacerdotal e a almejar serem vistos como os vice-reis de Deus.

Embora o título fosse usado, nesta forma de governo o imperador se valeria dessa nomenclatura para tentar ser aceito pela comunidade cristã (no grego, *ekklēsia*), em troca de deixá-la ser responsável por pensar questões doutrinárias, às quais ele mesmo acabaria submetido. Logo, a autoridade ou o poder exercido pelo clero no governo acabaria sendo determinante sobre o soberano (Runciman, 1978, p. 26). O modelo político do tipo teocrático não chegou, por este motivo, a ser tão amplamente aceito como uma autocracia, por exemplo, no meio acadêmico, ainda que o circunda, pois o poder imperial, mesmo quando era questionado pela cristandade oriental, não se via afetado a ponto de não conseguir governar.

Se um patriarca entrasse em atrito com o imperador, o governante não seria deposto devido ao poder que detinha. Então, o que mais provavelmente poderia ocorrer era a retirada de um membro do clero, mesmo quando a construção da união entre ambas as instâncias ainda estava acontecendo. Ao observar o período de Justiniano, especificamente, os patriarcas constantinopolitanos não chegaram a ter tanta força, carisma, nem a serem tão conhecidos como no quarto século, a exemplo de João

Crisóstomo (398-404). Este indício aponta para uma acentuada submissão do clero ao governo entre os anos de 527 e 565.

Diante disso, Celso Taveira (2002) e Kelly Mamedes (2016; 2018; 2020) discutiram, em suas pesquisas sobre o modelo político, que, embora mais aceito no meio acadêmico, também é tomado de modo ainda pouco aprofundado, a autocracia. Conforme expusemos anteriormente, a elaboração da definição também considera a forma de tratamento com que a figura imperial se firmava. Assim, a autodenominação do governante por meio da palavra grega *autokrátōr* em documentos administrativos oficiais objetivaria demonstrar a autoridade e o poder para decisões centralizadas no cargo imperial.

A explicação, para Evans (2001, p. 58) e Mamedes (2018, p. 53), deve-se à própria historicidade do conceito de *autokrátōr*. Este, quando era utilizado na Grécia antiga, aplicava-se aos reis divinos com poder absoluto. Já no contexto tardo-antigo, convencionou o legado que permitia aos governantes conferirem dignidades, nomearem cônsules e burocratas, serem os juízes supremos e aplicarem a justiça em seu próprio nome. Caberia a eles até mesmo o comando do exército, ainda que isto ocorresse por meio do prefeito das milícias. Em outras palavras, o termo elaborado visava a designar o imperador como a única fonte de poder e de direito. Por isso, para os pesquisadores desta vertente historiográfica, ele teria governado com autoridade ilimitada.

Ainda que descreva um poderio absoluto, é possível observar, no estudo de Mamedes (2016, p. 03-04), um contraste de ideias, pois a historiadora assinalou limites para a definição de autocracia. Ao analisar os relatos de Procópio na obra *História das Guerras*, ela apontou como objeto de pesquisa as negociações das questões político-administrativas do governo de Justiniano. Segundo Mamedes (2016, p. 04; 2020, p. 59), apesar de ser um autocrata, ele necessitava utilizar das diversas instâncias administrativas para comandar o Império. Para isso, a pesquisadora explica que o imperador deveria ter estratégias como “o dar e receber, a persuasão, a negociação, a imposição”.

O trabalho de Otávio Pinto (2012, p. 43-44), ao analisar o período posterior à crise do III século, também se valeu do termo autocracia para se referir ao cargo imperial, embora já observasse o poder como dependente das demais esferas políticas. Desse modo, segundo esta leitura, apesar de o modelo político permitir um cargo de grandes poderes, teve, inúmeras vezes, ao longo da Antiguidade Tardia, que convencer outros, realizando arbitragens entre indivíduos que, embora subordinados, eram poderosos.

Entendemos que, se era necessário negociar, isto se devia ao modelo político adotado não ter um cargo imperial com poder supremo ou absoluto sobre outrem. Neste sentido é que o conceito de autocracia deve ser problematizado, pois o imperador da Nova Roma era um líder com o dever de articular as diferentes instâncias, mas que não

deveria ser – e nem era – superior a tudo e a todos o tempo todo, até mesmo porque esta situação se configuraria numa tirania (no grego, *tyrannís*), visto que ela é resultado de um desvio ou corrompimento governamental.

O termo tirano também era objeto de discussão desde a Grécia antiga e havia sido legado à Nova Roma. Quando nos voltamos para observar esta herança, encontramos autores gregos, tais como Aristóteles (384-322 a. C.), em *A ética a Nicômaco*, na busca científica e filosófica pelo método de governo mais adequado para ser exercido por um homem só. Neste ínterim, aconselhava a adoção da *basileía*, pois nela havia um mando com limites para não se tornar uma tirania:

Há três formas de constituição e igual número de desvios ou corrupções delas. As constituições são a *basileía*, a aristocracia [*aristokratía*] e, em terceiro, aquela baseada nos tipos de propriedades, que parece adequado descrever como timocrática [*timokratikén*], embora a maioria das pessoas estejam acostumadas a falar simplesmente em governo constitucional. A melhor destas constituições é a *basileía*, e a pior é a timocracia [*timokratía*]. A perversão da *basileía* é a tirania [*tyrannís*]. Ambas são monarquias [*monarkhíai*], mas há grande diferença entre elas: um *tirano* observa suas próprias vantagens, um *basileús* a de seus súditos. Pois um *basileús* não seria autossuficiente se ele não possuísse recursos independentes e habilidades melhores do que as dos seus subordinados; um governante a que nada falta, portanto, não observará os seus próprios interesses, mas, sim, os dos seus subordinados. Pois quem não possuir tais bens, não será um *basileús*. A tirania é o exato oposto a este respeito, pois o tirano busca o seu próprio bem. A inferioridade da tirania, dentre os desvios das constituições, é mais evidente que aquela da timocracia, assim como o oposto do melhor é o pior. Assim, a *basileía* torna-se tirania, pois tirania é uma forma perversa de monarquia e, por conseguinte, um *basileús* maldoso torna-se um *tirano* (Aristóteles, *Ethica nichomachea*, VIII, 10).¹

A partir do trecho supracitado, compreendemos que a definição moderna de autocracia para compreender o poder contido no cargo do imperador constantinopolitano aproxima-se da significação antiga de tirania, isto porque está atrelada a um poder absoluto e ilimitado. Um mando nestes moldes, sem restrições, abria espaço para um governante que estava acima dos demais, não por ser autossuficiente, mas por observar somente suas próprias vantagens e interesses.

¹ Tradução nossa em observância a versão grego-ingles do *Perseus* (Arist., *Eth. nic.*, 1160a.30-1160b11). Πολιτείας δ' ἐστὶν εἶδη τρία, ἴσαι δὲ καὶ παρεκβάσεις, οἷον φθοραὶ τούτων. εἰσὶ δ' αἱ μὲν πολιτεῖαι βασιλεία τε καὶ ἀριστοκρατία, τρίτη δὲ ἀπὸ τιμημάτων, ἣν τιμοκρατικὴν λέγειν οἰκεῖον φαίνεται, πολιτεῖαν δ' αὐτὴν εἰώθασιν οἱ πλείστοι καλεῖν. τούτων δὲ βελτίστη μὲν ἡ βασιλεία, χειρίστη δ' ἡ τιμοκρατία. παρέκβασις δὲ βασιλείας μὲν τυραννίς· ἅμφω γὰρ μοναρχίαι, διαφέρουσι δὲ πλείστον· ὁ μὲν γὰρ τύραννος τὸ αὐτῷ συμφέρον σκοπεῖ, ὁ δὲ βασιλεὺς τὸ τῶν ἀρχομένων. οὐ γὰρ ἐστὶ βασιλεὺς ὁ μὴ αὐτάρκης καὶ πᾶσι τοῖς ἀγαθοῖς ὑπερέχων· ὁ δὲ τοιοῦτος οὐδενὸς προσδεῖται· τὰ ὠφέλιμα οὖν αὐτῷ μὲν οὐκ ἂν σκοποῖ, τοῖς δ' ἀρχομένοις· ὁ γὰρ μὴ τοιοῦτος κληρωτὸς ἂν τις εἴη βασιλεὺς. ἡ δὲ τυραννίς ἐξ ἐναντίας ταύτης· τὸ γὰρ ἑαυτῷ ἀγαθὸν διώκει. καὶ φανερώτερον ἐπὶ ταύτης ὅτι χειρίστη· κάκιον δὲ τὸ ἐναντίον τῷ βελτίστῳ. μεταβαίνει δ' ἐκ βασιλείας εἰς τυραννίδα· φαυλότης γὰρ ἐστὶ μοναρχίας ἡ τυραννίς, ὁ δὲ μοχθηρὸς βασιλεὺς τύραννος γίνεται (Arist., *Eth. nic.*, VIII, 10).

Já a definição antiga de *basileús* legada pela Nova Roma procurava enfatizar o governante como alguém a quem nada lhe falta, tanto na posse de bens quanto em sua moral, alguém que não se corromperia a tirano e buscaria o melhor para os seus súditos, o que deveria estar no cerne de suas preocupações. Assim, o *basileús* não deveria estar no poder pensando em si, mas sim nos seus súditos (Pedroso, 2015, p. 78-81; Gallo, 2013, p. 83-84). Passemos, então, a compreender melhor esta conceituação, a qual foi empregada em nossas fontes.

Definições, delimitações e possibilidades do conceito de *basileía* sagrada

Desde os primeiros tempos da Grécia, o título de *basileús* e a fundamentação do conceito de *basileía* designaram um poder capaz de receber conselhos, além de ser embasado em um vínculo com o divino (Pedroso, 2015, p. 15-22; André, 2017, p. 164-165). Foi somente no século IV a.C., no entanto, que o termo ganhou notoriedade em meio aos filósofos. Isto se deveu ao abalo nas formas de governo vigentes – a aristocracia, a oligarquia e a democracia (Felisbino, 2017, p. 54-64; Vegetti, 2011, p. 187-190).

Neste sentido, a *basileía* apareceu, nos pensadores da época, como uma forma de resolver os problemas que resultaram no colapso da democracia. Destacamos aqui, especialmente, o pensamento de Aristóteles, pois levamos em consideração, sobretudo, a sua recepção no período tardio, visto que era estudado e revisitado por meio da Academia de Atenas.² Ademais, foi um autor que esteve diante da coexistência de diversos modelos políticos nas *póleis* gregas. Neste ínterim, ele consolidou a conceituação de *basileía* ao *asileus*-la como a mais adequada, conforme vimos anteriormente.

Aristóteles consagrou o *asileus* como um líder virtuoso, detentor de grandes qualidades morais, e afirmou que a *basileía* era a melhor *politeía*. Em outras palavras, para o filósofo, tratava-se da forma de governo (no grego, *arkhé*) mais apropriada dentre as constituições. Além disso, devemos ressaltar que a supremacia não era do portador do principal título à frente do governo – em contraposição a uma tirania, como demonstramos anteriormente, ou a uma autocracia, conforme nossa problematização –, mas sim da própria constituição.

² Assim, possivelmente, esteve associado à educação clássica recebida por nossos autores. Cf. discussões mais aprofundadas em Oliveira (2020, p. 22-39), subtópico 1.1 *A basileía de Aristóteles, Platão e Isócrates*.

Levar a cabo este modelo poderia explicar a decisão de Justiniano por uma política voltada para a fundação de cidades, pois a *politeía* era o sistema de organização da *pólis*. Isto justificaria ainda o *asileus* solicitar a própria escrita do panegírico *Das Construções* a Procópio, tendo esta como uma das suas principais temáticas. A obra, dividida atualmente em seis livros, com quase quatrocentas páginas, empregou o termo *pólis* 357 vezes ao longo de 307 passagens, conforme é possível observar na tabela abaixo:³

Tabela 1 - Análises sobre referências ao modelo político de Justiniano em *Das Construções*

| Termo | Nº de incidências | Nº de passagens |
|-----------------|-------------------|-----------------|
| <i>pólis</i> | 357 | 307 |
| <i>basileía</i> | 64 | 64 |
| <i>arkhé</i> | 63 | 45 |
| <i>politeía</i> | 17 | 17 |
| <i>ásty</i> | 0 | 0 |

Fonte: todas as tabelas são elaborações nossas com base no *software diogénēs*.

Além de *pólis*, consideramos ainda, no quadro acima, os principais termos que fazem referência ao modelo político de Justiniano, segundo nossa pesquisa. A próxima tabela oferece um recorte do Capítulo I, do Livro I, que é nosso foco de análise:

Tabela 2 - Análises sobre referências ao modelo político de Justiniano no Capítulo I do Livro I *Das Construções*

| Termo | Nº de incidências | Nº de passagens |
|-----------------|-------------------|-----------------|
| <i>basileía</i> | 7 | 7 |
| <i>pólis</i> | 4 | 4 |
| <i>politeía</i> | 4 | 4 |
| <i>arkhé</i> | 3 | 3 |
| <i>ásty</i> | 0 | 0 |

Os mesmos termos foram empregados na *Descrição de Santa Sofia*, com exceção de *politeía*. No entanto, vemos em seu lugar a designação *ásty*, uma referência a Atenas, descrita como a *pólis* por excelência:

³ Para elaboração das tabelas foram procurados os termos no *software diogénēs* em sua forma básica, assim como os encontramos nos dicionários – geralmente no presente e na primeira pessoa, mas utilizando uma ferramenta mais precisa, a busca morfológica. Assim, por meio dela, tivemos acesso a todas as declinações em que os termos se apresentavam nos textos, marcando a diferença em cada uma das designações usadas pelos nossos autores, já que utilizamos este procedimento tanto em Procópio de Cesareia, quanto em Paulo Silenciário. Então, apesar de aparecerem nas tabelas em suas formas básicas, os números fazem referências a todos os casos que constam nas fontes.

Tabela 3 - Análises sobre referências ao modelo político de Justiniano na *Descrição de Santa Sofia*

| Termo | Nº de incidências | Nº de passagens |
|-----------------|-------------------|-----------------|
| <i>pólis</i> | 16 | 15 |
| <i>ásty</i> | 6 | 6 |
| <i>basileía</i> | 3 | 3 |
| <i>arkhé</i> | 2 | 2 |
| <i>politeía</i> | 0 | 0 |

Diante do exposto por nossas fontes, não desconsideramos o poder contido na função exercida pelo cargo imperial, o qual, enfatizamos, era de um *basileús*, mas compreendemos que seu funcionamento ocorria porque o governante não agia sozinho, pois contava com apoio em suas ações e, a isso, denominamos *basileía sagrada*. O poder supremo era exercido pela *politeía* e, neste contexto, associava-se à constituição, compreendida de maneira análoga e não desvincilhada do *corpus iuris civilis*, ou seja, das leis. Isto porque estava atrelada ainda à política romana do *mos maiorum*.

Há de se considerar que, além de ter uma herança grega, Bizâncio era a Nova Roma e nasceu alicerçada na antiga. Esta, por sua vez, vivenciou uma virada burocrática e viu acontecer, sobretudo após a crise do século III, uma série de alterações em ações práticas, nas bases simbólicas e materiais do governo. Com isso, passou a ter imperadores cada vez mais distanciados das funções militares, ao longo da Antiguidade Tardia e, neste ínterim, inseriu o *basileús* de maneira unida ao *princeps* por meio do *mos maiorum*. Para Taveira (2002, p. 59), esse foi o motivo que levou o termo a se generalizar na literatura cristã a partir do III século e se consolidar no VI século.

Ao mesmo tempo, outros termos existentes na Roma antiga para fazer menção a uma realeza, como *regnum* e *rex*, foram distanciados do cargo greco-romano, pois passavam a designar quem era o outro. Levantamos a possibilidade de ter sido por este motivo que Procópio os diferenciou no seu trabalho. Segundo Boy (2013, p. 131-132), na *História das Guerras*, há uma marcada distinção entre quem eram os romanos e quem eram os outros ao assinalar que Teodorico tomou posse no V século do título de *rex* (no grego, *rhéx*), conforme o costume. Esta atitude, por conseguinte, indicava um tipo de poder que se situava, nas palavras do autor, "numa posição hierárquica inferior ao do imperador (βασιλεύς [*basileús*]) romano. E Procópio fez questão de esclarecer que, embora tenha agido com as qualidades de um imperador, Teodorico não o era e sequer teria demonstrado pretensão de sê-lo" (Boy, 2013, p. 131-132).⁴

⁴ Intervenção entre colchetes nossa.

Essa distinção, feita até mesmo no século anterior ao nosso foco de análise, demonstra que o modelo político escolhido por Justiniano não era desconhecido em sua época e não foi ao acaso, mas era consolidado como um legado das culturas grega e romana. Com Gilvan Ventura da Silva (2015) podemos observar que, mesmo dois séculos antes, no governo de Constâncio II (337-361), filho e sucessor de Constantino, o Grande (272-337), firmou-se uma forma de governo do tipo *basileía sagrada*.

Consideramos, em diálogo com Silva (2015), que essa conceituação seguiu, no período tardo-antigo, sua historicidade em alianças político-religiosas, neste caso, voltada à cristandade. Taveira (2002, p. 59) já chamava a atenção para esta associação de termos ter sido feita até mesmo pela comunidade cristã, por intermédio da primeira carta de Paulo a Pedro, no Capítulo 2, Versículo 17, quando o apóstolo profere as seguintes palavras gregas "*pántas timésate, tèn adelphótêta agapâte, tòn theòn phobeîsthe, tòn basiléa timâte*", na tradução do próprio autor, "sede educados para com todos, amai os irmãos, temei a Deus e respeitai o imperador".

As narrativas procopiana e paulina seguiram esta abordagem e titularam Justiniano como *basileús*. Compreendemos que os autores procuraram um gênero textual panegírico porque, historicamente, este estilo tinha a função de auxiliar na consolidação das formas de governo por meio da propaganda política que acabava elaborando (Franchi, 2007, p. 101; Figueiredo, 2015, p. 170).

Outro ponto a se considerar é que ambos eram membros atuantes desta *basileía sagrada* como cortesãos. Isto se deve a eles possuírem não apenas cargos próximos ao imperador, mas cujo cerne da função estava em auxiliar. Procópio foi conselheiro e secretário particular do general do Império, Belisário (Treadgold, 2010, p. 179). Paulo era chefe dos silenciários imperiais, com o dever de assegurar a ordem e o silêncio do palácio, sobretudo em volta do espaço do *consistorium* quando o conselho do *basileús* estivesse reunido, havendo a possibilidade ainda dele ter sido um de seus próprios membros (Bell, 2009, p. 14).

Conforme o estudo de Mamedes (2018, p. 117), este trabalho paulino ocorria entre os altos dignitários da corte, os quais, uma vez reunidos, discutiam desde assuntos militares até religiosos e, quando na presença do imperador, apresentavam os resultados. Assim, a função exercida pelo poeta da corte era uma demonstração de um aspecto que corrobora nossa definição de *basileía sagrada*, isto é, a de assistência.

O conselho imperial era outra herança que Silva (2015 p. 61-67) destacou existir no modelo político do tipo *basileía sagrada* desde IV século. Runciman (1977, p. 67-68) o definiu como um pequeno conselho, uma espécie de subcomissão não-oficial do Senado. Além disso, ressaltou que, à época de Justiniano, foi este o grupo com o qual se discutiu

os rumos políticos da cidade na famosa reunião durante a Revolta de Nika, em 532, quando o discurso de Teodora (527-548), sua consorte, salvou o seu trono.

Há de se destacar que o objetivo de Procópio e Paulo não foi escrever documentos definidores de um modelo político, devido à sua natureza – eram louvores ao imperador –, mas os termos em referência a uma forma de governo e as titulações empregadas não foram escolhidas ao acaso. Cada designação foi resultado de um conjunto de ideias, convicções, princípios filosóficos, sociais e políticos que caracterizaram um grupo de autores do VI século. Este tipo de debate não era estranho à época, como fica claro a partir do texto de Agápito, *Conselho ao imperador*, e do texto *Diálogo na ciência política*, cuja autoria é anônima, apesar de poder ser atribuída a Pedro, o Patrício, um diplomata do sexto século não menos próximo ao imperador que nossos autores (Bell, 2009, p. 09-10).

Taveira (2002, p. 57) esclarece que os protocolos oficiais da chancelaria composta pelo *corpus iuris civilis* de Justiniano o tratavam no grego como *Autokrátōr Kaïsar Phl. Ioustinianós, Alamanikós, Gotthikós, Phrangikós, Germanikós, Antikós, Alanikós, Ouandalikós, Aphrikós, eusebēs, eutykhēs, èndoxos, nikētēs, tropaioûkhos, aeisébastos, Augoûstos*. Esta forma de tratamento resultava de uma tradução do latim, na qual ele aparecia como o *Imp. Caesar Fl. Justinianus, Alamanicus, Gotthicus, Francicus, Germanicus, Anticus, Alanicus, Vandalicus, Africanus, Pius, Felix, Inclytus, Victor ac Triumphator, semper Augustus*.

Na prosa e no poema que estudamos, a saber *Das construções* e *Descrição de Santa Sofia*, no entanto, o imperador foi denominado sobretudo como *Ioustinianós ho asileus*. Esta diferença na forma de tratamento ocorreu devido ao termo *autokrátōr* ter sido utilizado para designar uma expressão do poder absoluto e pessoal do imperador, enquanto, na prática, Justiniano exigia ser chamado de *asileus* e *despótēs*,⁵ assim como ele aparece em nossas fontes, conforme é possível verificar nos quadros seguintes, a começar por uma análise da obra *Das Construções*, de Procópio de Cesareia:

Tabela 4 - Análises de titulações em *Das Construções*

| Termo | Nº de incidências | Nº de passagens |
|-------------------|-------------------|-----------------|
| <i>basileús</i> | 332 | 317 |
| <i>autokrátōr</i> | 12 | 12 |
| <i>despótēs</i> | 0 | 0 |
| <i>theokr-</i> | 0 | 0 |

⁵ Observamos que, em nossas fontes, este termo não foi empregado de modo pejorativo, mas somente para fazer referência a um mestre ou a um amo, como nos versos 3-4, 81-84 e 116-120 do poema *Descrição de Santa Sofia*.

Perpassando por uma análise pormenorizada do Capítulo I, do Livro I:

Tabela 5 - Análises de titulações no Capítulo I do Livro I *Das Construções*

| Termo | Nº de incidências | Nº de passagens |
|-------------------|-------------------|-----------------|
| <i>basileús</i> | 20 | 20 |
| <i>autokrátōr</i> | 0 | 0 |
| <i>despótēs</i> | 0 | 0 |
| <i>theokr-</i> | 0 | 0 |

E em Paulo, visto que o poeta pareceu seguir a mesma linha de Procópio, pois Justiniano foi denominado *basileús* por 22 vezes ao longo de 22 passagens no decorrer do poema:

Tabela 6 - Análises de titulações na *Descrição de Sofia*

| Termo | Nº de incidências | Nº de passagens |
|--------------------|-------------------|-----------------|
| <i>basileús</i> | 22 | 22 |
| <i>skēptoûkhos</i> | 13 | 13 |
| <i>krátistos</i> | 4 | 4 |
| <i>despótēs</i> | 3 | 3 |
| <i>áristos</i> | 2 | 2 |
| <i>synergón</i> | 2 | 2 |
| <i>theókrantos</i> | 1 | 1 |
| <i>pankrátōr</i> | 1 | 1 |
| <i>autokrátōr</i> | 0 | 0 |

Conforme é possível observar nas tabelas acima, em Procópio, ao longo de toda a obra *Das construções*, o termo que mais aparece atualmente em discussões historiográficas, *autokrátōr*, teve apenas 12 ocorrências. Em nenhuma delas o conceito foi usado para se referir a Justiniano, mas, sim, a imperadores de tempos anteriores que não foram nomeados ou para citar Anastácio (491-518), Trajano (98-117) e Teodósio (378-395).⁶ Em Paulo, há uma variedade de nomeações, mas *autokrátōr* não chegou a aparecer.

Despótēs, que não apareceu na prosa procopiana, foi utilizado três vezes no poema paulino. Isto pode se dever a uma escolha justificada pelo gênero narrativo e mesmo pela sua semântica. Em Procópio não foram encontradas ainda derivações substantivadas de uma possível junção dos radicais *theós* e *kratós* para intitulá-lo como teocrata. Nossas

⁶ Imperadores que não estão nomeados podem ser vistos nas passagens II, IV, 3; IV, V, 2; II, II, 21; III, I, 10; I, IV, 2; III I, 8. Por sua vez, Procópio denomina Anastácio de autocrata em III, V, 4 e, novamente, em V, VII, 10; Trajano em III, IV, 17; IV, VI, 6; IV, VI, 11; Teodósio em III, I, 12.

pesquisas neste ponto se deveram às raízes do termo *theokratía*. Em Paulo também não há variantes dessa palavra para denominá-lo como teocrata, apenas uma única adjetivação por meio de *theókrantos*.

Por sua vez, o termo *basileús* apareceu como central em ambos os autores, mas de modo ainda mais substancial em Procópio, sendo utilizado cerca de 332 vezes. Deste total, 20 ocorrências apareceram no Capítulo I, do Livro I. Portanto, foi a única forma de titular Justiniano nestas passagens por 19 vezes e, entre as linhas 12 e 16, o historiador titulou *basileús* o persa Ciro. Esse emprego do termo foi, contudo, para dizer que, apesar dos seus assim o denominarem, somente Justiniano merecia tal título:

Eles relataram que o melhor *basileús* conhecido pela tradição foi o Persa Ciro, o principal responsável pela fundação do Império da Pérsia pelo povo de sua raça. Mas se Ciro foi de fato tal homem, de quem a educação desde criança é descrita por Xenofonte, o Ateniense, eu não tenho como saber. Por isso é possível que a habilidade de descrição do escritor, assim como foi sua requintada eloquência, torne-se mero embelezamento dos fatos aos que hão de vir. Mas, no caso do *basileús* de nossa época, Justiniano (quem, eu penso, unicamente mereceria se chamar *basileús* por natureza, assim como por direito, [visto que] desde então, ele é, como Homero disse, "tão gentil como um pai"), se deveria interrogar sua *basileia* com cuidado e se veria a regra de Ciro como uma espécie de "brincadeira infantil". A prova disso está que o Império Romano, como eu tenho dito, tem transformado no dobro a sua área de poder, enquanto traiçoeiramente formam uma conspiração e planejam seu assassinato, estando ele, não apenas vivo até o presente momento e na posse de suas propriedades, como também foram provados os culpados com absoluta certeza, mas uma porção está ainda atualmente como general dos Romanos, e no título de *cônsul*, como têm sido nomeados (Procópio de Cesareia, *De aedificiis*, I, 1, 12-16).⁷

Podemos interpretar a passagem lida como uma observação conceitual do que se via na prática. Nesse sentido, a visão dos inimigos era questionável, pois Procópio iniciava essas linhas afirmando que, segundo os persas, Ciro foi o melhor dentre seus governantes [*áriston mèn dè basiléa gegonénai Kýron tòn Pérsēn phasín, hōn akoēi ísmen toîs te homogenésin aitiótaton tēs basileías*]. No entanto, para o historiador, não era possível comprovar a veracidade das fontes que relataram essas informações, pois eram advindas de Xenofonte. Assim, em sua visão, Justiniano deveria ser o único a merecidamente

⁷ Todas as traduções são nossas. ἄριστον μὲν δὴ βασιλέα γεγονέναι Κύρον τὸν Πέρσῃ φασίν, ὧν ἀκοῇ ἴσμεν τοῖς τε ὁμογενέσιν αἰτιώτατον τῆς βασιλείας. εἰ δὲ τοιοῦτός τις ἦν ὁ Κύρος ἐκεῖνος οἷος δὴ ὑπὸ Ξενοφώντι τῷ Ἀθηναίῳ παιδεύεται, οὐκ ἔχω εἰδέναι. τάχα γάρ που καὶ ἡ τοῦ γεγραφότος αὐτὰ δεξιότης κεκομψευμένη δυνάμει τοῦ λόγου ἐγκαλλώπισμα τῶν ἔργων γενέσθαι διαρκῶς ἴσχυσε. τοῦ δὲ καθ' ἡμᾶς βασιλέως Ἰουστινιανοῦ (ὃν δὴ καὶ φύσει βασιλέα καλῶν τις, οἶμαι, ὀρθῶς ἂν εἴποι, ἐπεὶ καὶ πατήρ ὡς ἡπιός ἐστι, καθ' Ὀμηρον) εἴ τις ἐς τὸ ἀκριβὲς τὴν βασιλείαν διασκοποῖτο, παιδιὰν τινα τὴν Κύρου ἀρχὴν οἰήσεται εἶναι. τεκμηριώσει δὲ τὸ τοιοῦτο ἢ μὲν πολιτεία πρὸς αὐτοῦ, ἢ περὶ μοι ἑναγχος εἴρηται, τῇ τε χώρᾳ καὶ τῇ ἄλλῃ δυνάμει πλεῖν ἢ διπλάσια γεγεννημένη, οἱ δὲ τὴν ἐπιβουλήν αὐτῷ σκαιωρησάμενοι μέχρι ἐς φόνον μὴ ὅτι βιοτεύοντες ἐς τόδε τοῦ χρόνου καὶ τὰ σφέτερα αὐτῶν ἔχοντες, καίπερ ἐξεληλεγμένοι διαφανῶς, ἀλλὰ καὶ στρατηγοῦντες Ῥωμαίων ἔτι καὶ ἐς τὸ τῶν ὑπάτων ἀναγεγραμμένοι τελοῦσιν ἀξίωμα (Procop., *Aed.*, I, 1, 12-16).

denominar-se imperador por natureza [*phýsei basiléa*] e por direito [*orthôs*]. Entendemos que *orthôs* foi aplicado por Procópio no sentido da justa herança ou do legado.

O debate instigado na narrativa entre persas e romanos tampouco ocorreu de maneira despropositada. Neste ponto, a narrativa procopiana pode seguir o mesmo viés dos documentos protocolares que empregam o termo *autokrátōr*: demonstrar o *basileús* romano como o governante de todos, em uma conotação de soberano universal, na linha constantiniana, augustana e alexandrina, visto que havia a necessidade dessa reafirmação no VI século, devido à disputa com os persas, pois, o maior rival citado no trecho lido também seguia um modelo de Império Universal.

Os imperadores persas, assim como os romanos, se balizavam em heranças tradicionais de seu povo, em um passado ancestral sedimentado principalmente em suas raízes iranianas e zoroastristas. Por este motivo, pelo menos desde o III século o Xá Sapor havia cunhado o termo universal Šāhānšāh Ērān *ud Anērān*, em outras palavras, *Rei dos Reis do Irã e do Não Irã*, conforme explica Otávio Pinto (2020, p. 10). Com este feito, caminhava para além de seu pai, o qual cunhou o termo de Šāhānšāh Ērān, isto é, *Rei dos Reis do Irã*.

Com os romanos, a função do *basileús* era articular politicamente a *basileía sagrada* como o primeiro dentre os homens, mas reconhecendo seus limites. Desta forma, entendemos que o título foi utilizado na prosa e na poesia para especificar um tipo de poder que, assim como *autokrátōr*, era uma herança tradicional greco-romana. Ao vincular o uso do conceito à linha aristotélica, consideramos que a *basileía* foi escolhida por se tratar do método de governo (*arkhé*)⁸ mais adequado, pois era a melhor *politeía*. Assim, era necessário estar à frente da administração um *basileús* ideal, que era o mais virtuoso, o grande líder e, por conseguinte, quem possuía, principalmente, o auxílio divino, além de contar com os homens mais preparados para lhe ajudar na tomada de decisões.

Podemos encontrar um auxílio ao imperador nestes moldes quando Procópio passou ao tema central deste primeiro capítulo do Livro I, que era relatar a reconstrução de Santa Sofia, a qual havia sido destruída durante a Revolta de Nika, em 532, e foi reinaugurada em 537:

Em qualquer avaliação do Imperador, ele desconsiderou todos os gastos, e rapidamente começou o trabalho de construção, iniciando por reunir artesãos de todo o mundo. E Antêmio de Trales, o mais erudito homem, perito no ofício que é conhecido pela arte de construir, não apenas para seus contemporâneos, mas também quando comparado com aqueles que viveram bem antes dele, ajudou o entusiasmo do Imperador, regulamentando devidamente a tarefa de vários artesãos e preparando os desenhos da futura construção; e associado com

⁸ Cf. discussões em Oliveira (2020, p. 20-58), detalhando a utilização de *arkhé* como um método de governo.

ele estava outro mestre-de-obras, de nome Isidoro, milesiano por nascimento, um homem que era inteligente e digno para assistir ao Imperador Justiniano. De fato este, também foi uma indicação de respeito, em que Deus auxiliou o imperador, em que ele já tinha fornecido os homens que seriam mais prestativos ao imperador nas tarefas que seriam levadas a público (Procop., *Aed.*, I, 1, 23-26).⁹

Ao narrar os preparativos para o momento de reerguer o templo, Procópio ressaltou que foi o auxílio recebido pelo *basileús*, tanto humano quanto divino, que resultou neste tão belo trabalho. Já para Paulo, que discorreu somente sobre o momento de reconstrução da cúpula desse mesmo templo entre 558 e 559, além do apoio de Deus no mundo celestial, Justiniano possuía ainda o auxílio da imperatriz [*basíldos*], a intercessora após a morte [*ékhein hypèr soû pròs theòn parrēsían*], e a colaboradora [*synergátin*] quando em vida:

(55) e quem não é inclinado para as regras do Imperador,
um homem gentil e bondoso,
que concede benefícios comedidamente a amigos e inimigos?
Isso é sua salvação. Isso, Mestre Poderoso,
faz a alma da imperatriz, ela que é abençoada,
em tudo excelente, amável e em tudo sábia,
(60) interceder junto a Deus em teu nome,
ela que foi sua piedosa colaboradora em vida.
Mas quando morreu,
ela concedeu aos seus assuntos solidária lealdade,
que você não tem esquecido
e de bom grado não negligencia (Paulo Silenciário, *Descriptio Sanctae Sophiae*, 55-65).¹⁰

Diante do exposto, é possível concluir que a escolha dos termos em ambos os autores para se referir ao imperador, assim como nos protocolos oficiais do *corpus iuris civilis*, não acontecia de maneira despreocupada. Conforme já foi possível demonstrar em outros momentos no decorrer do artigo, a escolha por colocar Justiniano no centro da narrativa, intitulando-o como *basileús*, era uma forma de demonstrar o modelo político em vigor que se observava.

⁹ ὁ μὲν οὖν βασιλεὺς ἀφροντιστήσας χρημάτων ἀπάντων ἐς τὴν οἰκοδομὴν σπουδῇ ἔτετο, καὶ τοὺς τεχνίτας ἐκ πάσης γῆς ἡγείρεν ἅπαντας. Ἀνθέμιος δὲ Τραλλιανὸς, ἐπὶ σοφίᾳ τῇ καλουμένῃ μηχανικῇ λογιώτατος, οὐ τῶν κατὰ αὐτὸν μόνον ἀπάντων, ἀλλὰ καὶ τῶν αὐτοῦ προγεγενημένων πολλῶ, τῇ βασιλείᾳ ὑπουργεῖ σπουδῇ, τοῖς τεκταινομένοις τὰ ἔργα ῥυθμίζων, τῶν τε γενησομένων προδιασκευάζων ἰνδάλματα, καὶ μηχανοποιὸς σὺν αὐτῷ ἕτερος, Ἰσίδωρος ὄνομα, Μιλήσιος γένος, ἔμφρων τε ἄλλως καὶ πρέπων Ἰουστινιανῶ ὑπουργεῖν βασιλεῖ. ἦν δὲ ἄρα καὶ τοῦτο τῆς τοῦ θεοῦ περὶ τὸν βασιλέα τιμῆς, προκαταστησαμένου τοὺς ἐς τὰ πραχθησόμενα χρησιμωτάτους αὐτῷ ἔσομένους (Procop., *Aed.*, I, 1, 23-26).

¹⁰ ὁ τὸν βασιλέα τοῦτον οὐ θέλων κρατεῖν, τὸν ἡμέρον, τὸν ἡδύν, ἐν τῷ μετρίῳ/εὐεργετοῦντα καὶ φίλους καὶ μὴ φίλους, / σώζει σε ταῦτα· ταῦτα τὴν ψυχὴν ποεῖ/ τῆς βασιλίδος, κράτιστε, τῆς εὐδαίμονος, / τῆς πανταρίστης, τῆς καλῆς καὶ πανσόφου, / ἔχειν ὑπὲρ σοῦ πρὸς θεὸν παρρησίαν, / ἦν ζῶσαν εἶχες εὐσεβῆ συνεργάτιν, / ἐπεὶ δὲ μετῆλθε, παρέσχε τοῖς ὑπηκόοις / ὄρκον βοηθόν, ὄρκον ἀρραγέστατον, / ὃν οὐ παρήλθες οὐδ' ἐκὼν παραδράμοις (Paulo Silenciário, *Descriptio Sanctae Sophiae*, 55-65).

Assim, Procópio e Paulo se valeram dos termos mais apropriados em seus trabalhos para se inserirem no projeto imperial do qual faziam parte. No entanto, apesar de todo rebuscamento na escolha de títulos, por meio de sua conceituação, revelam-se aspectos práticos importantes e singelos: o *basileús* podia e devia estar no cerne do governo, todavia sem o apoio popular da comunidade cristã, sem o apoio divino, sem o apoio da corte, literário, histórico e cultural, a manutenção de seu poder não acontecia.

Considerações finais

Diante do exposto, compreendemos ser necessário observar nossos autores como cortesãos inseridos no contexto político da *basileía sagrada* e que eram, por conseguinte, parte atuante dela. Neste sentido, compreendemos que o período era marcado por um movimento cultural específico, mas que não estava deslocado das demais discussões da Antiguidade Tardia, que acabava por caracterizar também a política imperial. Era ainda resultado da educação recebida por nossos panegiristas e demonstra a circulação pela corte de um conjunto de ideias, princípios filosóficos e sociais, além daqueles políticos, que assinalou o modo de escrever as narrativas aqui estudadas, sejam elas em prosa ou em poesia. Os próprios textos corroboram nossa argumentação, pois eram uma importante ferramenta de auxílio ao governante, na medida que ajudavam a propagar os seus ideais. Assim, nossas análises apontam para Procópio e Paulo inserindo em seus trabalhos referências a Justiniano como *basileús* e ao Império como *basileía* tanto pelas observações que faziam do poder imperial como também por escolhas conceituais, as quais eram embasadas em discussões político-religiosas próprias de seu tempo. O modelo político apresentado pelas narrativas procopiana e paulina admitia um governante que não tomava sozinho as decisões, mas não só: havia ainda discussões morais e filosóficas sobre o exercício do poder, além dos debates constitucionais, aos quais Justiniano concedeu especial atenção durante o seu governo e cujos resultados são vistos no *corpus iuris civilis*.

Já a ideia de uma teocracia era questionável, pois havia uma confirmação de relação direta de submissão entre o imperador e a instância do clero. Talvez por este motivo não chegou a ser empregado por nossos autores da maneira que se convencionou pensar na modernidade. No entanto, referenciar um *autokrátōr* ou uma autocracia também acabava se tornando inviável, pois o modelo político não resultava em uma tomada de decisões concentradas totalmente na figura imperial sem negociações ou o apoio das diversas instâncias para governar, incluindo o seu *consistorium* e a já mencionada propagação

de ideias por meio de variadas artes e artistas, abarcando cortesãos dedicados à política imperial.

Referências

Documentação textual

- ARISTOTÉLÊS. *Ēthicà Nikomákheia – Nicomachean Ethics*. Edited by J. Bywater. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- PAUL THE SILENTIARY. Description of Hagía Sophía. In: BELL, P. N. *Three political voices from the Age of Justinian*. Translated by P. N. Bell. Liverpool: Liverpool University Press, 2009, p. 189-213.
- PAYLOY SILENTIARIOU. *Ékphrasis toû naoû tês Agías Sophías – Descriptio Sanctae Sophiae; Descriptio ambonis*. Germany: Bibliotheca scriptorum Graecorum et Romanorum Teubneriana, 2011.
- PROKOPIOU KAISAREŌS. *Perì Ktismátōn – On Buildings*. Translated by H. B. Dewing and Glanville Downey. Cambridge: Harvard University Press, 1954.

Obras de apoio

- ANDRÉ, A. Experiências monárquicas no mundo grego: os casos micênico e homérico. *Romanitas*, n. 10, p. 155-169, 2017.
- BELL, P. N. *Three political voices from the Age of Justinian*. Liverpool: Liverpool University Press, 2009.
- BOY, R. V. *Procópio de Cesareia e as disputas entre romanos e bárbaros na Guerra Gótica: da "Queda de Roma" ao período de Justiniano*. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- CAMERON, A. *Procopius and the sixth century*. London: Routledge, 2005.
- EVANS, J. A. S. *The Age of Justinian: the circumstances of imperial power*. New York: Taylor & Francis e-Library, 2001.
- FELISBINO, L. *Isócrates e a legitimidade do poder de Felipe II da Macedônia no século IV a. C.: Basileús bárbaro ou hegemón grego?* Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

- FIGUEIREDO, D. Inventivas e panegíricos na Antiguidade Tardia. *Romanitas*, n. 6, p. 166-171, 2015.
- FRANCHI, A. P. O discurso panegirístico e a legitimação do poder no século IV d. C. *Revista Vernáculo*, n. 19 e 20, p. 99-108, 2007.
- GALLO, R. F. A teoria das formas de governo na Antiguidade. *Rónai*, v. 1, n. 2, p. 79-93, 2013.
- MAMEDES, K. C. C. B. M. Na urdidura do palácio: a corte de Justiniano e as transformações das relações políticas no mundo tardo antigo. *Revista Ágora*, n. 30, p. 50-68, 2020.
- MAMEDES, K. C. C. B. M. *Guerras Secretas: conflitos e negociações na corte do imperador Justiniano*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2018.
- MAMEDES, K. C. C. B. M. Conflitos e negociações na corte do imperador Justiniano. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RJ, 7, 2016. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação Nacional de História, 2016.
- OLIVEIRA, A. M. *Louvada seja a sagrada basileia: uma análise do governo de Justiniano, o Grande (527 – 565) a partir dos panegíricos de Paulo Silenciário e Procópio de Cesareia*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.
- PEDROSO, R. R. *A divisão dos regimes políticos em Aristóteles*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- PINTO, O. L. V. O escabelo púrpura: o cativeiro de Valeriano como paradigma da ascensão do Império Sassânida. *Revista História*, v. 39, p. 1-20, 2020.
- PINTO, O. L. V. *O mais belo ornamento de Roma: administração, ofícios e o projeto burocrático nas Variae de Cassiodoro (507-540 D.C.)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- RUNCIMAN, S. *A civilização bizantina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- RUNCIMAN, S. *A teocracia bizantina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- SILVA, G. V. *Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da basileia (337 – 361)*. Vitória: EDUFES, 2015.
- TAVEIRA, C. *O modelo político da autocracia bizantina: fundamentos ideológicos e significado histórico*. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- TREADGOLD, W. *The early Byzantine historians*. London: Palgrave Macmillan, 2010.